

A percepção dos gestores das escolas de ensino médio em Fortaleza sobre a importância da educação física como componente curricular

Perception of high school managers in Fortaleza on the importance of physical education as curriculum component

Danilo Bastos Moreno¹, César Augusto Barroso de Andrade², Maria Emanuela Cordeiro Alves³, Leonardo Coelho Rodrigues³

¹ Centro Universitário UniFanor (UniFanor), Fortaleza, Brasil

² Universidade Regional do Cariri (URCA), Iguatu, Brasil

³ Centro Universitário da Grande Fortaleza (UniGrande), Fortaleza, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 01 junho 2021

Revisado: 07 julho 2020

Aprovado: 07 julho 2020

PALAVRAS-CHAVE:

Gestores; Educação Física;
Ensino Médio.

KEYWORDS:

Managers; Physical Education;
High School.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Educação Básica no Brasil passou por momentos bem conturbados durante a década de 2010. Dentre esses momentos pode-se destacar a evolução da MP n° 746/2016 para a Lei 13.415/2017 e a instituição do Novo Ensino Médio. A partir desta Lei, a Educação Física (EF) poderia ser excluída do rol de disciplinas curriculares obrigatórias da Educação Básica. Em meio a esse cenário, vários movimentos foram realizados para manter a EF como obrigatória na etapa do Ensino Médio na escola.

OBJETIVO: Verificar a percepção dos gestores de escolas de ensino médio, pertencentes a rede pública do estado do Ceará, sobre a importância das aulas de EF.

MÉTODOS: O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo e exploratória, com caráter transversal quanti-qualitativo, com a aplicação de um questionário do tipo Likert, com itens de múltipla escolha acerca de cada pergunta, variando as opções entre “discordo total”, “discordo parcialmente”, “concordo parcialmente” e “concordo totalmente”. Participaram do estudo gestores de escolas regulares e profissionalizantes. A amostra do estudo foi composta por 40 gestores de escolas regulares e de tempo integral de um total de 119 escolas, perfazendo 33% das escolas elencadas como público para o atual estudo. A coleta de dados ocorreu dentre os anos de 2018 e 2019.

RESULTADOS: Foi achado que os gestores consideram a EF como importante à formação integral do estudante (92,5%), que a carga horária semanal deveria ser aumentada (62,5%) e que a disciplina contribui para uma melhoria da prática de atividade física dos estudantes.

CONCLUSÃO: A partir da percepção dos gestores das escolas estaduais da cidade de Fortaleza (CE), o componente curricular EF é importante para a formação dos estudantes. Bem como, eles consideram que a carga horária da disciplina poderia ser aumentada por conta da importante influência da disciplina sobre a prática de atividade física.

ABSTRACT

BACKGROUND: The Basic Education in Brazil has been through hard moments during 2010 decade. Among these moments, can be put in the spotlight the advance from the MP n° 746/2016 into 13.415/2017 Law and the institutionalization of the New High School level in Brazil. Through this new law, the Physical Education could be excluded from the group of essential disciplines in the Basic Education. Due to this, many struggling movements took place in order to maintain the Physical Education as an essential discipline in Basic Education.

OBJECTIVE: The research investigated the perception of managers of high schools, belonging to the public network of the state of Ceará, Brazil, on the importance of PE classes.

METHODS: The study is characterized as a field and exploratory research, with a quantitative and qualitative cross-sectional character, with the application of a Likert-type questionnaire, with multiple choice items about each question, varying the options between “total disagree”, “Partially disagree”, “partially agree” and “totally agree”. Managers of regular and professional schools participated in the study. Thus, the sample of the present study was composed of 40 regular and full-time school managers from a total of 119 schools, making up 33% of the schools listed as public for the current study. Data collection took place between the years 2018 and 2019.

RESULTS: The managers consider the PE important in contribution to the student’s integral formation (92,5%), the workload should be increased (62,5%) and that the discipline contributes to an increase in the amount of the student’s physical activity practice.

CONCLUSION: Based on the perception of managers of state schools in the city of Fortaleza-CE, the Physical Education curricular component is important for the formation of students. As well, they consider that the workload of the discipline could be increased due to the important influence of the discipline on the practice of physical activity.

INTRODUÇÃO

O caminho educacional no Brasil perpassa por duas etapas bem distintas: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica, por sua vez, compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. No entanto, a Educação Básica no Brasil vem passando por momentos e intervenções conturbadas nos últimos anos na década de 2010, e que tiveram seu ápice durante a pandemia em 2020. Nesses momentos conturbados em um passado recente, houve a elaboração e promulgação do projeto de um novo Ensino Médio através de uma Medida Provisória (MP), a MP nº 746/2016 (BRASIL, 2016), que se tornaria na Lei nº 13.415/2017 instituindo legalmente o Novo Ensino Médio.

No decorrer do Ensino Médio (EM) espera-se que algumas competências sejam desenvolvidas pelos alunos, como a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes que coope-re para sua participação em um mundo social, para o trabalho e continuidade dos estudos (BRASIL, 2000), além de que seja continuado e aprofundado o conteúdo visto no ensino fundamental (BRASIL, 1996). Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) rege a Educação Básica nacional e demonstra que a educação é um direito de todos e que, para além de garantir o que já foi visto no ensino fundamental, o EM deve garantir a permanência do estudante na escola e responder às aspirações dos mesmos, tanto atuais quanto futuras (BRASIL, 2017). Para além, a BNCC define como meta a qualidade e a garantia das aprendizagens essenciais a todos os estudantes durante todas as etapas e modalidades da Educação Básica, e está orientada “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p. 7; RUFINO; SOUZA NETO, 2016).

Porém, na nova estruturação desta etapa da Educação Básica (novo EM e BNCC), algumas disciplinas perderiam espaço e deixariam de ser obrigatórias. Uma destas a perder espaço na escola, e quase sair da grade de disciplinas obrigatórias, foi a Educação Física.

A Educação Física (EF) está inserida na Educação Básica de acordo com a lei 9394/1996, superando o que era falado de uma disciplina sem uma intenção pedagógica (DARIDO; DINIZ, 2016), porém só adquire status de disciplina curricular obrigatória em 2001 com a Lei nº 10.328 (BRASIL, 2001).

Assim, sendo considerada como disciplina obrigatória e com a possibilidade de ser retirada da escola com a Reforma do EM, surgiram nacionalmente vários movimentos de diferentes segmentos da sociedade e posicionamentos públicos de entidades científicas como: Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), e manifestos de estudantes secundaristas e universitários todos contrários a essa reforma (CARRANO, 2017). E a EF foi mantida como disciplina obrigatória no EM.

A retirada da obrigatoriedade da disciplina no EM seria um atraso que reduziria oportunidades de acesso do estudante aos conteúdos da cultura corporal do movimento, conspirando contra a desejada autonomia para eleger, organizar e programar experiências corporais para além da vida escolar, sua educação para a saúde na vida adulta com qualidade e para o exercício, do lazer consciente das condições e da conjuntura social, política,

econômica e cultural que envolve o tempo livre e sua ocupação (MOLINA NETO et al., 2017).

Vale salientar que a EF no EM passou por muitas intervenções e transformações, especialmente durante passagem do estudante do Ensino Fundamental para etapa seguinte. O número de aulas semanais é diminuído, o professor é desvalorizado, dificilmente são vistas formações continuadas voltadas para o professor da EF, e o Projeto Político Pedagógico raramente envolve atividades da disciplina.

Fazendo uma relação entre as etapas da Educação Básica, na EF, sabe-se que as experiências vividas pelo educando no ensino fundamental nem sempre seguem as expectativas do professor. E que a tentativa de retomar os ensinamentos no EM pode acarretar a perda de interesse por parte dos alunos, gerando na área da EF o equívoco da esportivização dos conteúdos por ser confundida unicamente com a prática desportiva (MATTOS; NEIRA, 2013). Ainda mais com a pretensão da BNCC de determinar quais são as competências e o conhecimento que os estudantes devem adquirir e desenvolver, sem fazer a devida relação com o cotidiano escolar de todas as regiões brasileiras (NEIRA, 2018).

Desta forma, com perda de interesse pelas aulas de EF e pouca prática de atividade física fora dos horários de aula na escola, em tempos recentes o aumento no quadro de inatividade física em adolescentes vem se tornando cada vez mais alarmante. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (WHO, 2018), em 2016, 83,59% dos adolescentes brasileiros estavam insuficientemente ativos (77,99% homens e 89,39% mulheres), permanecendo praticamente inalterado este índice desde o ano de 2010. Fato este que pode ter sido ainda mais afetado em 2020 devido à pandemia do COVID-19, fazendo com que os adolescentes dedicassem mais tempo ao mundo virtual ao invés da prática de atividades físicas.

Pode-se observar que os adolescentes em idade escolar (EM) são a população mais ativa no território nacional. Contudo, ainda há uma parcela considerável desta população que não está engajada em práticas de Atividades Físicas e Esportes, sendo o motivo apresentado pelos adolescentes para que não praticassem esportes ou atividades físicas o “não gostar” ou “não ter interesse” por tal prática (IBGE, 2017).

Assim, OMS (WHO, 2018) destaca que devido ao sedentarismo ou uma baixa quantidade de prática de atividade física e esportes, mesmo nas aulas de EF, há também um aumento no número de doenças cardiovasculares entre o público adolescente.

Logo, pode ser inferido que um aumento na prática de EF na escola, estimulando e desenvolvendo o hábito de vida ativo pode contribuir para que esse quadro seja alterado, e pode influenciar positivamente o rendimento acadêmico dos estudantes no EM. Gasparotto et al. (2020) verificaram que momentos de práticas de Atividades Físicas e Esportes em momentos fora da escola podem influenciar positivamente no rendimento acadêmico de adolescentes.

Porém, essa luta pela EF no EM não é somente dos professores desta disciplina e da sociedade. A gestão escolar também precisa entender e conceber a EF como parte integrante e importante do processo educacional do EM. Vale lembrar que a literatura sobre as percepções e visões dos gestores sobre a Educação Física escolar (EFE) é perto da inexistente, o que dificulta os achados envolvendo ambos os assuntos centrais deste estudo.

A gestão escolar se apresenta como o processo que vai organizar, planejar e estimular as ações que serão efetuadas nas instituições de ensino. Lück (2009) afirma que a gestão escolar é o ato de conduzir o movimento cultural da escola aliado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implantação de seu projeto político pedagógico, a fim de garantir o avanço socioeducacional dos estabelecimentos de ensino. Então, o grupo da gestão escolar é peça fundamental para o desenvolvimento do trabalho da EF na escola e, no caso deste estudo, no EM.

É importante destacar que a Reforma do EM atribuiu à EF menos prestígio em comparação a outras disciplinas como: Matemática, Língua Portuguesa e Inglês, já que a não obrigatoriedade dessas disciplinas seria inconcebível e a da EF discutível. Dessa forma, o presente estudo se justifica pela necessidade em compreender a percepção dos gestores sobre a relevância das aulas de EF no EM. Com isso, a pesquisa tem como objetivo verificar a percepção dos gestores escolares sobre a importância das aulas de EF nas escolas públicas estaduais de Ensino Médio da cidade de Fortaleza (CE).

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo e exploratória, com caráter transversal quanti-qualitativo, com a aplicação de um questionário do tipo Likert, contendo 8 questões com itens de múltipla escolha acerca de cada pergunta, variando as opções entre “discordo totalmente” (DT), “discordo parcialmente” (DP), “concordo parcialmente” (CP) e “concordo totalmente” (CT), aos gestores de escolas estaduais com EM. Este modelo permite quantificar as atitudes e conhecer o grau no que diz respeito a conformidade do entrevistado a qualquer afirmação proposta. Silva Jr. e Costa (2014) definem a escala de verificação do tipo Likert, como um método que busca desenvolver um conceito acerca de determinado tema, e buscar através das respostas que são emitidas, qual o grau de concordância deles no que diz respeito ao assunto pesquisado. O questionário utilizado para o estudo foi de elaboração dos componentes do LEPEFEM e passou por um processo de avaliação por uma banca de professores doutores para sua aplicação.

Na cidade de Fortaleza há 169 escolas estaduais de EM, com 22 escolas de educação profissionalizantes, 9 com Educação de Jovens e Adultos, 41 escolas de tempo integral e 97 escolas regulares. Participaram do estudo gestores de escolas regulares e profissionalizantes que se colocaram à disposição para a realização da pesquisa, pois houve recusa de alguns gestores afirmando não haver consentimento da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Assim, a amostra do presente estudo foi composta por 40 gestores (estes podendo ser diretores e/ou coordenadores) de escolas regulares e de tempo integral de um total de 119 escolas, perfazendo 33% das escolas elencadas como público para o atual estudo. A coleta de dados ocorreu dentre os anos de 2018 e 2019.

Os dados foram analisados e apresentados por meio do software Microsoft Excel do pacote Microsoft Office 2010, sendo apresentados em tabelas descritivas com os percentuais de respostas dos gestores a cada pergunta do questionário.

Partindo do que está descrito segundo a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi solicitado aos gestores que assinassem o Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido (TCLE), estabelecendo uma relação de confiança durante a pesquisa, pois foram esclarecidas todas as dúvidas referentes à pesquisa e o uso das informações que posteriormente seriam colhidas. Deixando claro que nenhuma informação pessoal seria divulgada no artigo, e que ele possui cunho científico, portanto, todas as informações extraídas serão preservadas, mantendo a premissa exposta também pelo CNS, que a pesquisa se desenvolve perante a ética e a confiança entre ambas as partes envolvidas.

Destacando que o questionário utilizado possui avaliação anterior realizada por um grupo de três professores com título de doutor com atuação na área. Foi submetido, e aprovado, ao Comitê de Ética do Centro Universitário Estácio do Ceará, Parecer nº 0422929/2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões serão apresentadas por intermédio da Tabela 1 descritivas com o percentual alcançado pelas respostas dos gestores às perguntas do questionário.

Tabela 1. Valores percentuais das respostas dos gestores das escolas pesquisadas sobre a percepção deles acerca da importância da Educação Física no Ensino Médio.

Perguntas	Respostas			
	D. T.	D. P.	C. P.	C. T.
1. Você considera a prática das aulas de EF importante para a formação pessoal e escolar do aluno?	5,0%	2,5%	0%	92,5%
2. Levando em consideração o aumento do tempo de tela (uso de aparelhos eletrônicos/tecnologias por parte dos adolescentes/alunos), a prática de atividades físicas tem sido deixada de lado, consequentemente aumentando doenças hipocinéticas advindas do sedentarismo. Você considera importante a Educação Física como forma de incentivo à prática de atividades física visando a melhoria na saúde deles?	2,5%	0%	2,5%	95%
3. Sobre as aulas de EF, você considera importante que o conteúdo seja trabalhado mais de forma teórica que prática afim de dar suporte ao aluno para realizar provas de vestibular/ENEM?	17,5%	20%	45%	17,5%
4. Você considera o tempo disponível para as aulas de EF suficiente para o professor trabalhar todo o conteúdo proposto na LDB/PCNS?	25%	12,5%	42,5%	20%
5. Você acha que aumentar a carga horária da EF traria benefícios para a saúde dos alunos?	10%	10%	35%	45%
6. Trabalhar uma maior variedade de conteúdos, deixariam as aulas de EF mais interessantes, fazendo com que houvesse uma maior adesão à prática?	2,5%	7,5%	20%	70%
7. Você considera que durante as aulas práticas de EF deveria haver diferença nas atividades impostas para os meninos e meninas?	35%	20%	35%	10%
8. Nas aulas de EF são ministrados assuntos interdisciplinares?	0%	10%	15%	75%

Legenda das respostas: D. T.: Discordo Totalmente; D. P.: Discordo Parcialmente; C. P.: Concordo Parcialmente; C. T.: Concordo Totalmente.
Fonte: próprio autor.

A partir dos resultados alcançados pela pesquisa, pode ser verificado que os gestores pesquisados avaliam que a EF é uma disciplina importante para o processo de formação do indivíduo, de acordo com 92,5% dos gestores (Tabela 1). Molina Neto et al. (2017) defendem que EF no EM é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo dos estudantes, para sua inclusão em todos os aspectos da vida social, para sua Educação em/para a saúde em todas suas dimensões e para a ampliação

de seus horizontes culturais, éticos, estéticos e morais.

Reitera-se que a relevância da disciplina está imbricada de uma ação direta do(a) docente, ou seja, o processo de ensino/aprendizagem precisa se pautar de intencionalidade pedagógica, para que consiga produzir um diálogo com os documentos oficiais; com os conhecimentos prévios dos discentes; e com o projeto político pedagógico das escolas. Essa dimensão de importância atribuída à disciplina, manifesta-se novamente na pergunta de número cinco do questionário, que se refere à influência do mundo digital (tempo de tela) e a diminuição no tempo de práticas corporais por parte dos adolescentes.

Os gestores concordaram majoritariamente, 97,5%, que a EF promove um incentivo para a prática de atividades físicas tanto nos momentos de aula quanto nos momentos fora dos muros da escola, promovendo uma melhoria na qualidade de vida e na saúde dos estudantes. Percebe-se que a construção histórica da EF ligada à saúde por meio das instituições médicas se apresenta como legitimador da área na escola. No entanto, faz-se necessário ampliar o debate e vislumbrar a promoção de saúde e qualidade de vida em uma perspectiva coletiva, atribuindo uma corresponsabilidade entre o estado, família e escola. Conforme enfatizam Knuth e Loch (2014),

No caso da Educação Física escolar temos, em geral, um enfoque majoritariamente individual. Neste contexto, mesmo que o foco seja a atividade física, há de se reconhecer que esta não se dá unicamente ao nível do indivíduo, nem por convencimento, doutrinação, tampouco apenas por escolha individual. Os aspectos sociais, políticos, culturais e éticos têm muita influência na compreensão da atividade física do ser humano e em suas “escolhas” (p. 437).

Assim sendo, Rigo e Santolin (2012) reiteram que a saúde mereceu uma atenção especial por parte da comunidade escolar, especialmente da EFE após ser compreendida como um tema transversal abordado nos PCN, e, posteriormente, diante do Decreto nº 6.289/2007, responsável pela implementação do Programa Saúde na Escola (PSE). Nesse sentido, Severino e Silva (2014) consideram que as ações promovidas pelo professor durante as aulas de EF podem oportunizar ações que permitem a reflexão envolvendo a relação entre a teoria e a prática de atividades físicas, bem como os hábitos alimentares que influenciam o bem-estar do indivíduo.

A EFE transcende os limites da própria atividade que ela representa, simultaneamente, uma disciplina, sistematizada e organizada em forma de atividade física e um campo de produção de saberes científicos e culturais. Os PCNs (1996) apresentam que as atitudes, os conceitos e os procedimentos dos conteúdos sejam trabalhados em toda dimensão da cultura corporal, envolvendo, dessa forma, o conhecimento sobre o corpo, esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas. E a BNCC (2017) apresenta que as ações no EM devem promover valorização e fruição dos fundamentos da cultura corporal de movimento.

Quando perguntados sobre as divisões de aulas da EF entre teóricas e práticas visando um melhor resultado nas provas do ENEM (Tabela 1), 62,5% dos gestores concordaram com o fato de haver mais aulas teóricas para promover um suporte nas provas, contra 37,5% que disseram não concordar com esse aumento da carga horária teórica. No linguajar popular e no conhecimento atribuído ao cotidiano, causa estranheza quando os estudantes comentam a existência de aulas teóricas de EFE.

Essa postura é fruto de uma construção histórica da área, ligada aos esportes e saúde, intimamente ligada a dimensão do “saber fazer”. Santos e Silva (2017) tecem críticas a essa dicotomia da teoria e prática construída pela disciplina. Os autores enfatizam que o professor deve oportunizar aos estudantes o saber e o fazer da EF, ou seja, propiciar aos estudantes uma reflexão sobre conteúdo e métodos, e como eles auxiliam na formação da consciência sobre o seu corpo e o mundo que o cerca.

Em 2006 a Secretaria de Educação do Estado do Ceará lança uma Resolução nº 412/2006 que, em tese¹, regulamenta a obrigatoriedade de dividir as aulas de EF em teóricas e práticas. O grifo na palavra em tese acontece em virtude de a própria resolução não evidenciar essa obrigatoriedade, ocasionando um intenso debate entre os professores da rede buscando autonomia dentro do ambiente escolar. Martins et al. (2015) produziram uma síntese da resolução e de seus artigos que tratam da relação das aulas teóricas na EF nas escolas públicas estaduais:

I. Muitas vezes se tem dado mais ênfase às práticas esportivas consideradas como um fim da Educação Física e não como meio para atingir sua verdadeira finalidade;

II. A Educação Física, enquanto prática pedagógica para manter o corpo e a mente saudáveis deve ser tão relevante quanto as habilidades para o esporte;

III. Os alunos, nas escolas, deverão ter acesso a um conjunto de informações teóricas e práticas sobre Educação Física, sistematizada e vinculada à manutenção dos meios satisfatórios para manter a aptidão física, o quanto possível, até a idade adulta (p. 192).

Os autores citados enfatizam que o artigo terceiro da resolução flexibiliza para que as instituições de ensino básico do estado elaborem sua proposta pedagógica seguindo a premissa da LDB. Contudo, esse mesmo trecho reforça a ideia da dicotomia das aulas teóricas e práticas de EFE:

Art. 3º O tratamento da escola para a disciplina Educação Física deverá estar explicitado na sua proposta pedagógica, contendo, no mínimo:

I. Oferta da disciplina, preferencialmente, no turno em que o aluno estiver matriculado;

II. Definição do número e da duração das sessões semanais;

III. Identificação das temáticas teóricas e das atividades práticas (SEDUC, 2006, p. 2).

O resultado anterior entra em contraste com o que se apresenta nas do questionário (Tabela 1). Ambas as questões tratam sobre a carga horária disponível para as aulas de EFE. Foi perguntado se a carga horária da disciplina é adequada para que os conteúdos propostos sejam abordados, e na questão seguinte, se o aumento da carga horária da disciplina traria benefícios para a saúde dos estudantes.

Na primeira pergunta, 62,5% dos gestores dizem concordar que o tempo disponível para as aulas de EF é adequado para que os conteúdos sejam abordados de maneira adequada, enquanto na questão quatro, 80% dos gestores concordam que o aumento da carga horária da disciplina seria benéfico para uma melhoria da saúde e qualidade de vida dos estudantes.

Nas três últimas questões, que tratam sobre o andamento das aulas práticas, foi perguntado aos gestores sobre o trabalho com maior variedade de conteúdos (Questão 6), variação entre atividades levando em consideração os meninos e as meninas,

¹ Grifo dos autores.

ou seja, se deveria haver diferenças entre as atividades para meninos e meninas (Questão 7) e se há o emprego de assuntos interdisciplinares nas aulas de EF (Questão 8). As diretrizes curriculares do estado do Ceará para EM (2009), quase que na sua totalidade, seguem as orientações dos PCN (BRASIL, 1996).

O documento cita a cultura corporal de movimento com sua importância, se referindo às atividades culturais de movimento voltadas para a vida, com fins de se buscar o lazer, a expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. Portanto, com essa visão de cultura corporal, pretende-se dar subsídios, a partir desses conteúdos (ginástica, jogos, lutas, esportes, danças, jogos e brincadeiras) no que se refere à fundamentação das propostas em EF. A meta das diretrizes curriculares do Ceará é a universalização dos conteúdos e a busca da unificação do trabalho dos docentes em toda a rede estadual de ensino.

Desta forma, os gestores responderam que um trabalho nas aulas práticas com uma maior variedade de conteúdos melhoraria a adesão dos estudantes às aulas (90% concordaram); que não deveria haver diferenciação entre as atividades nas aulas de EF entre meninos e meninas, apesar de os resultados terem sido aproximados (55% discordam da diferenciação entre as atividades contra 45% concordando); e 90% dos gestores afirmaram que concordam que há um emprego de conteúdos interdisciplinares nas aulas de EFE.

Para compreensão dessa característica de separação de gêneros nas aulas de EF, faz-se necessário investigar a construção da área no Brasil. A ligação histórica da EF com a medicina higienista do início do século XX explica essa concepção de divisão de gênero nas aulas. Visto que o principal objetivo da disciplina consistia em preparar os alunos por meio do método calistênico, ajustando o corpo à mente dos alunos, a fim de torná-los mais obedientes e flexíveis ao poder político vigente. Apenas os mais fortes participavam das aulas, quer dizer, além da separação entre os sexos, havia a seleção dos melhores (SANTOS et al., 2007; ARAÚJO; MOURA, 2016).

Em meio a ditadura militar no Brasil, Santos et al. (2007) descrevem que essa separação foi institucionalizada por meio do Decreto nº 69.450 de 1971, que definia que a composição das turmas escolares deveria ser por cinquenta alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física. Dessa forma, as aulas eram pensadas a partir de um padrão de habilidade motora de cunho masculino, estritamente ligado ao tecnicismo. Logo, as meninas demonstravam maior dificuldade em alcançar esse perfil técnico, as aulas se tornaram um espaço de exclusão pedagógica.

Percebe-se que os gestores concordam que a EF é importante no processo de formação do estudante, os conteúdos precisam ser mais trabalhados de maneira teórica para ajudar nas provas do ENEM, que a carga horária da disciplina sendo aumentada pode melhorar a saúde dos estudantes apesar de concordarem que o tempo designado para a disciplina já serviria para a contemplação dos conteúdos. Em 2009, a EF passou a integrar a matriz de Linguagens Códigos e suas Tecnologias (LCT), se tornando uma das áreas de conhecimento do exame.

Assim, Fernandes et al. (2013) consideram que a EF nesta discussão ficou diante de um dilema, de um lado, aponta a valorização da disciplina que, por sua vez, possui um histórico meramente ligado ao fazer. Por outro lado, os autores reiteram

que especialmente nos cursos noturnos a facultatividade da disciplina aos estudantes com prole, aos que trabalham mais de 6 horas diárias, aos militares e às pessoas com mais de 30 anos, aspectos que vêm justificando a ausência da disciplina nos cursos noturnos do EM, e aumentando o nível de inatividade física destes estudantes. Dessa forma ocasionando um prejuízo a esses discentes, indo de encontro ao princípio constitucional da igualdade de condições e acesso à educação.

Foi verificado que os gestores concordam que a EF é importante para o estímulo de prática de atividade física, uma vez que o tempo de tela dos estudantes tem aumentado com o passar dos anos, e eles pensam que a variedade de conteúdos aplicados nas aulas é importante para uma maior adesão às aulas, e que não há necessidade de modificação dos conteúdos para os grupos dos meninos e meninas, ainda mais quanto há aplicação de conteúdos interdisciplinares.

Ressalta-se que no meio desse universo de informações, percepções e avaliações, existe um docente que tende a se apoiar em uma determinada concepção de aluno, ensino e aprendizagem. Dessa forma, criando uma representação social sobre o seu papel; o papel do discente; da metodologia de trabalho; da função social da escola e dos conteúdos a serem desenvolvidos. A construção de uma identidade profissional, acompanhada da legitimação da EFE, deve-se constituir como um grande desafio para os que com ela estão comprometidos, e o apoio dos gestores escolares é imprescindível nesse caminho construtivo.

CONCLUSÃO

A partir dos achados do presente estudo, verificou-se que os gestores escolares envolvidos na pesquisa possuem uma percepção sobre a EFE como disciplina importante para a formação integral dos estudantes, com necessidade de um aumento em sua carga horária semanal para alcançar seus objetivos, podendo haver um maior envolvimento teórico buscando uma melhor preparação para os exames de aprovação em IES.

Contudo, também verificaram que a EFE e as suas aulas práticas podem contribuir positivamente para uma melhoria no quadro de inatividade física dos adolescentes, que sofreu um aumento mediante as medidas de combate ao COVID-19.

Sendo assim, também destacamos a necessidade de mais estudos envolvidos com esse público devido à escassez de literatura sobre o assunto indicado, visto que o gestor escolar é considerado como um dos profissionais responsáveis por organizar um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos, criando condições de trabalho adequadas aos demais profissionais da educação, por meio do cumprimento das leis, normas e diretrizes que direcionam a educação. Possibilitando e estimulando a participação dos pais, responsáveis e da comunidade escolar no funcionamento da instituição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. M.; MOURA, T. N. B. A divisão de gênero nas aulas de educação física. *Revista Form@ re-Parfor*, Teresina, v. 4, n. 1, p. 18-21, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.328**, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10328.htm>. Acessado em: 05 de

abril de 2021

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>>. Acessado em: 10 de março de 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **A Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação – LDB** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Governo Federal, Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: 10 de março de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física, Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acessado em: 10 de março de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Ensino Médio), Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>>. Acessado em: 10 de março de 2021.

CARRANO, P. **Um “novo” ensino médio é imposto aos jovens no Brasil**. Anped, 2017. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/um-novo-ensino-medio-e-imposto-aos-jovens-nobrasil>>. Acessado em: 30 de setembro de 2018

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Metodologias de Apoio**: matrizes curriculares para ensino médio. – Fortaleza: SEDUC, 2009. (Coleção Escola Aprendente - Volume 1). Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/05/livro_matrizes_curriculares.pdf>. Acessado em: 10 de março de 2021.

DARIDO, S. C.; DINIZ, I. **Educação física no ensino médio**: luxo ou necessidade. Rio Claro: Unesp, 2016.

FERNANDES, A.; RODRIGUES, H. A.; NARDON, T. A. A inserção dos conteúdos de Educação Física no ENEM: entre a valorização do componente curricular e as contradições da democracia. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 13-24, 2013.

GASPAROTTO, G. S.; BICHELS, A.; SZEREMETA, T. P.; VAGETTI, G. C.; OLIVEIRA, V. Desempenho acadêmico de estudantes do ensino médio associado a aspectos psicológicos, práticas corporais e atividade física. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 31, e3137, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2015. Rio de Janeiro, IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=o-que-e>>. Acessado em: 10 de março de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Sociais. **Falta de tempo e de interesse são os principais motivos para não se praticar esportes no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15128-falta-de-tempo-e-de-interesse-sao-os-principais-motivos-para-nao-se-praticar-esportes-no-brasil>>. Acessado em: 12 de outubro de

2020.

KNUTH, A.; LOCH, M. “Saúde é o que interessa, o resto não tem pressa”? Um ensaio sobre educação física e saúde na escola. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 429-40, 2014.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.

MARTINS, R. M.; FERREIRA, D. A.; POMPEU, M.; SILVA, M. E. H. Análise da matriz curricular de educação física para o ensino médio do estado do Ceará: um olhar sobre a organização curricular. **Motriz**, Rio Claro, v. 21, Suplemento I, p. S189, 2015

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação física na adolescência**: construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte, 2013.

MOLINA NETO, V.; FONSECA, D. G.; OLIVEIRA, L.; LOPES, R. A.; WITTIZORECKI, E. S. Educação física no ensino médio ou para entender a era do gelo. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 87-105, 2017.

NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 40, n. 3, p. 215-23, 2018.

RIGO, L. C.; SANTOLIN, C. B. Combate à obesidade: uma análise da legislação brasileira. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 279-96, 2012.

RUFINO, L. G. B.; SOUZA NETO, S. Saberes docentes e formação de professores de educação física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da profissionalização do ensino. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 42-60, 2016.

SANTOS, N.; SANTOS, A. D.; RODRIGUES, A.; ASSIS, M.; NASS, P.; CAPRARO, A. Gêneros e educação física escolar: notas gerais sobre a formação cultural no decorrer da história. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 12, p. 112, 2007. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd112/generos-e-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

SANTOS, O. J. G.; SILVA, M. C. Teoria e prática: as implicações nas aulas de educação física escolar. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 17, n. 170, 2012. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd170/teoria-e-pratica-nas-aulas-de-educacao-fisica-htm>>. Acessado em: 05 de abril de 2021.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Resolução Nº 412/2006**. Dispõe sobre o tratamento a ser dado à Educação Física nos currículos das escolas de educação básica. Fortaleza, CE, 21 jun. 2006. Seção 1, p. 01-06. Disponível em: <<https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0412-2006>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

SEVERINO, C. D.; SILVA, B. M. Educação física escolar e a promoção da saúde: um ponto de vista. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 2, p. 77-86, 2014.

SILVA ILHA, F. R.; KRUG, H. N. As contribuições da gestão escolar para o desenvolvimento profissional de professores de educação física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 13, p. 9-17, 2008.

SILVA JÚNIOR, S. D.; COSTA F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion – PMKT. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, 2014.

WHO. World Health Organization. **World Health Statistics 2018**: Monitoring health for the SDGs. Geneva: 2018. Disponível em: <https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/en/>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos gestores das escolas de Fortaleza (CE) que se dispuseram em contribuir com o estudo.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

ORCID E E-MAIL DOS AUTORES

Daniilo Bastos Moreno (Autor Correspondente)

ORCID: 0000-0001-9381-2929.

E-mail: danilomoreno10@yahoo.com.br

César Augusto Barroso de Andrade

ORCID: 0000-0001-9558-8713.

E-mail: cesar.andrade@urca.br

Maria Emanuela Cordeiro Alves

ORCID: 0000-0001-9531-9935.

E-mail: emanuela.alves.95@gmail.com

Leonardo Coelho Rodrigues

ORCID: 0000-0001-8262-4834.

E-mail: leo07coelho@gmail.com